

O movimento guerrilheiro contra a ditadura militar brasileira: uma análise da dicotomia “urbano-rural”

Fabricio Trevisan*

Resumo: Dentre as diversas possibilidades de oposição contra a ditadura militar brasileira, a guerrilha foi, sem dúvida, uma das mais importantes e que contabilizou em suas fileiras parcela expressiva da militância política de esquerda, sendo sua maior parte composta por estudantes. O movimento guerrilheiro das décadas 1960 e 1970 recebeu considerável influência de revoluções socialistas vitoriosas em diversos países, especialmente a Cubana e a Chinesa. Tal influência contribuiu nas formulações teóricas das organizações armadas de esquerda e determinou muito os rumos da guerrilha naquele contexto. Assim, este artigo procurou discutir contradições relacionadas a partir da dicotomia entre o universo teórico (a guerrilha pensada num espaço rural) e a prática (majoritariamente exercida nas cidades) dessa militância armada.

Palavras-chaves: Governos Militares Brasileiros; Oposição Política; Guerrilha Urbana; Identidade.

Abstract: Among the various possibilities of opposition against the Brazilian military dictatorship, the guerrilla movement was undoubtedly one of the most important, and it had in its ranks a significant part of the left political militancy, most of which were students. The guerrilla movement of the 1960s and 1970s received considerable influence from victorious socialist revolutions in several countries, especially Cuba and China. Such an influence contributed in the theoretical formulations of the left armed organizations and determined much the guerrilla directions in that context. Thus, this article sought to discuss contradictions related to the dichotomy between the theoretical universe (the guerrilla pondered on a rural space) and the practice (mostly exercised in the cities) of this armed militancy.

Keywords: Brazilian Military Governments; Political Opposition; Urban Guerrilla; Identity.

Resumen: Entre las diversas posibilidades de oposición contra la dictadura militar brasileña, la guerrilla fue, sin duda, una de las más importantes y que contabilizó en sus filas una parte expresiva de la militancia política de izquierda, siendo su mayor parte compuesta por estudiantes. El movimiento guerrillero de las décadas 1960 y 1970 recibió considerable influencia de revoluciones socialistas vitoriosas en diversos países, especialmente en Cuba y China. Esta influencia contribuyó en las formulaciones teóricas de las organizaciones armadas de izquierda y determinó mucho las direcciones de la guerrilla en ese contexto. Así, este artículo buscó discutir contradicciones relacionadas a partir de la dicotomía entre el universo teórico (la guerrilla pensada en un espacio rural) y la práctica (mayoritariamente ejercida en las ciudades) de esa militancia armada.

Palabras-clave: Gobiernos Militares Brasileños; Oposición política; Guerrilla Urbana; Identidad.

* Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP Campus Franca. Bolsista CAPES.
Email: fabriciotrvsn@gmail.com

Introdução

O presente artigo pretendeu analisar o conflito identitário dos guerrilheiros urbanos que atuaram, por meio de organizações armadas clandestinas de esquerda, contra os governos militares brasileiros instaurados em 1964. A questão do choque identitário se caracterizou pelo antagonismo entre as teorias revolucionárias de cunho rural em contrapartida com as práticas armadas de caráter citadino.

Os militantes que integraram os grupos guerrilheiros, em sua maioria, não desconheciam o fato de que eram tipicamente urbanos e exerciam as funções guerrilheiras nas cidades, entretanto, no imaginário dos partícipes da luta armada, permeava, de maneira intensa, a concepção de guerrilha rural, fazendo com que os guerrilheiros urbanos almejassem executar o processo revolucionário no campo em detrimento das atividades promovidas em esfera cidadina, considerando-as como temporárias.

Assim, a esquerda revolucionária que atuou em oposição aos governos militares brasileiros nas décadas 1960 e 1970 era composta, em maioria, por pessoas provenientes da esfera cidadina, sendo que os estudantes universitários contribuíam com parcela significativa do movimento armado. Portanto, a composição urbana dos envolvidos promoveu a dicotomia entre uma teoria de caráter rural, que amparava as organizações, e suas respectivas práticas preponderantemente (com pouquíssimas exceções, como a conhecida *Guerrilha do Araguaia*) executadas na urbe.

Para isso, além da historiografia acerca do período, lançamos mão, também, dos volumes do processo criminal que envolveram integrantes do Movimento Comunista Revolucionário (MCR). Esta organização armada de esquerda, dissidência da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), atuou por volta de dois anos no sul do país, especialmente na capital gaúcha Porto Alegre.

A oposição armada no contexto da ditadura

Os governos militares brasileiros tiveram início em 1964, por um golpe de Estado (o então presidente João Goulart foi deposto) conduzido por militares com respaldo de setores da sociedade, como empresários e tecnocratas (DREIFUSS, 1981). O Estado

brasileiro foi dominado pelas Forças Armadas (ao todo foram cinco governos presididos por generais do Exército) até 1985, quando a chapa de Tancredo Neves e José Sarney venceu os adversários Paulo Maluf e Flávio Marcílio em uma eleição indireta por meio de colégio eleitoral.

A historiografia sobre as esquerdas armadas durante o regime militar é consideravelmente vasta. Podemos afirmar que há uma espécie de “trindade” em relação as obras desse caráter consideradas essenciais para o estudo da guerrilha no Brasil pós-64: *Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada* de Jacob Gorender, publicada em 1987; *A Revolução Faltou ao Encontro – os comunistas no Brasil* de Daniel Aarão Reis Filho, divulgada em 1990 e; *O Fantasma da Revolução Brasileira* de Marcelo Ridenti, publicada em 1993.

Cronologicamente, as primeiras obras são de historiadores que foram partícipes da luta armada. Jacob Gorender foi um importante dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e Daniel Aarão Reis Filho, ex-dirigente da Dissidência da Guanabara (DI-GB) que, posteriormente, se denominaria Movimento Revolucionário – 8 de Outubro (MR-8). Marcelo Ridenti, não esteve envolvido em organizações armadas de esquerda, uma vez que, o sociólogo é de uma geração posterior.

Nas três obras, os autores têm em comum a pretensão de explicar os motivos do revés sofrido pela esquerda quando do golpe executado em 1964 pelas Forças Armadas. Cada autor traçou caminhos distintos para tornar inteligíveis as explanações acerca do processo que acarretou o insucesso da esquerda perante o “novo” governo militar.

Em *Combate nas Trevas*, a preocupação de Jacob Gorender em explicar o sucesso do golpe é caracterizada pela não atuação da esquerda nacional que, na época, tinha como lideranças o PCB e líderes como Leonel Brizola, e o então presidente deposto João Goulart. Desse modo, e ainda para o autor, a oposição à ascensão do movimento militar de 1964, imediatamente posterior ao golpe foi praticamente nula.

A perplexidade das esquerdas, para Gorender, ocasionou um processo de luta armada tardio contra os governos militares, pois a atmosfera do início da década de 1960 parecia propícia para o desencadeamento de revolução de cunho socialista. Neste sentido,

Volume 21, número 2: 2016

o autor argumenta que o combate contra a “direita conversadora” se tornou deveras espinhoso após o estabelecimento dos militares no comando do Estado brasileiro.

Não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados. Em condições desfavoráveis, [...] a esquerda radical não podia deixar de adotar a concepção da violência incondicionada para justificar a luta armada imediata” (GORENDER, 1987, p.249).

Sobre tal assunto, podemos dar o alvitreda conhecida história em que Francisco Julião afirmou que em contrapartida ao golpe de Estado haveria cem mil camponeses armados e de prontidão para lutar contra os militares (ROLLEMBERG, 2001, p.25). Como já foi mencionado anteriormente, o PCB (o “Partidão” rivalizava com a Política Operária, POLOP e a Ação Popular, AP, de tendência católica) constituía-se como a principal e mais influente organização político-partidária de esquerda naquele período. Mas o partido em questão, em 1958, já tinha explicitado sua diretriz política para a implantação do socialismo com base na teoria da revolução em duas etapas: a primeira baseada no apoio à revolução democrática burguesa, e a segunda caracterizada pela revolução socialista propriamente dita. Assim, Jacob Gorender concentrou os motivos da derrota das esquerdas em 1964, no próprio âmago das mesmas: a ausência de destreza e aptidão das associações políticas de esquerda ante a ascensão político-militar da direita conversadora.

Ora, essa esquerda derrotada era grandemente representada pelo PCB que obtinha o *status* de vanguarda, ou seja, o autor situa o “Partidão” como um dos principais responsáveis pelo insucesso das esquerdas ante os militares, afinal, o Partido supostamente estaria “à frente de seu tempo” carregado de ideais e experiências, pronto para as adversidades que iriam ocorrer. Em outras palavras, Gorender sugere que se algum (grupo e/ou pessoa considerada) representante da esquerda nacional tivesse se posicionado (PCB, Leonel Brizola e/ou João Goulart), a história do Brasil poderia ter sido diferente. Com isso, o autor afastou-se da interpretação de René Dreifuss (1981) que

privilegiou a grande capacidade da direita no planejamento e na tomada do Estado brasileiro em 1964.

Temos em *A Revolução Faltou ao Encontro*, de Daniel Aarão Reis Filho (1990), a mesma inquietação de Jacob Gorender: tornar claro e evidente as causas e razões da derrota das esquerdas ante os militares em 1964. O autor e ex-dirigente do MR-8, argumenta, ao contrário de Gorender, que não havia as condições revolucionárias no pré-64; portanto, a dita vanguarda, e o PCB não tinha poderes suficientes para interferir durante o processo, influenciando e/ou encaminhando os movimentos sociais. A análise de Daniel Aarão Reis Filho defende a defasagem das propostas teóricas das esquerdas em relação à realidade em que se encontrava a sociedade brasileira. Para o autor, a concepção das esquerdas sobre aquele momento histórico caracterizava-se por

previsões apocalípticas. A sociedade era um “barril de pólvora”, prestes a explodir. A burguesia e as classes dominantes em geral eram incapazes de resolver os problemas, de realizar reformas ou de promover o crescimento. Situação de impasse, beco-sem-saída de um desenvolvimento que se chocava contra limites estruturais, intransponíveis. Mas a realidade surpreendeu, desmanchando expectativas – o capitalismo retomava o crescimento, o fantasma da crise catastrófica se afastava. Contudo, a esquerda comunista recusava a evidência de que o capitalismo definia e assumia novos caminhos (REIS FILHO, 1990, p.56-57).

A discrepância das formulações teóricas oriundas das organizações armadas e não armadas que conjecturaram acerca da sociedade em geral é alvo de críticas constantes do autor, pois ele acredita que tal questão seja imprescindível na compreensão da derrota das esquerdas, seja no golpe de 64 ou “depois de 1968, sem deixar de surpreender, a derrota massacraria, em forma de tragédia, os comunistas brasileiros” (REIS FILHO, 1990, p.73). A controvérsia que se dá pela teoria em relação à prática é a preocupação central deste trabalho, entretanto, nosso intento não se fundamenta na ênfase político-ideológica que o autor de *A Revolução Faltou ao Encontro* se empenha em dar, mas sim, por uma questão do cotidiano. Explica-se: a relevância se dá na dicotomia entre o espaço rural (teoria) e o ambiente urbano (prática), portanto, não nos interessa se foi “certo” ou “errado” utilizar-se da luta armada como um artifício de combate à ditadura militar, pois o que pretendemos

Volume 21, número 2: 2016

é analisar e problematizar a identidade espaço-temporal dos envolvidos com a guerrilha em relação a suas respectivas ações e pretensões.

Em *O Fantasma da Revolução Brasileira*, de Marcelo Ridenti, também almeja explicar a revolução socialista derrotada. O autor apresenta uma pesquisa preocupada em compreender a luta armada com seus próprios significados e qual(is) sentido(s) empregado(s) para as gerações que não participaram da guerrilha, o que é o caso do próprio autor. A ênfase na atmosfera citadina que envolveu as manifestações da esquerda no período é evidente no pensamento do autor, a partir do momento em que o método proposto por ele se dá por uma análise sociológica das classes médias, pois a maioria das ações efetuadas pelas organizações armadas de esquerda ocorreu nas cidades.

Como o próprio título do livro sugere e inspirado em Karl Marx, Ridenti propõe revelar o fantasma da revolução brasileira que se caracteriza por uma “revolução frustrada: a não revolução democrática e também da não revolução socialista. Ou, por outra, a revolução às avessas, como a de 1964, para garantir a modernização conservadora da sociedade brasileira [...]” (RIDENTI, 1993, p.21). O autor relata que o *fantasma da revolução brasileira* tem diversas *faces*, tais como:

[...] a face do projeto de revolução democrática derrotado em 1964, da proposta comunista putschista de 1935, a da guerra de guerrilhas em suas várias vertentes entre 1968 e 1972 etc.; e, por outro lado, o fantasma das ditas revoluções de 1930 e de 1964, levadas a cabo pelas classes dominantes e pelas Forças Armadas (RIDENTI, 1993, p.22).

Não obstante a esta multiplicidade de *faces*, a obra se concentra na análise da *faceta* que engloba as atuações guerrilheiras de organizações armadas de esquerda no espaço citadino durante as décadas de 60 e 70 do século XX, os quais estão integrados nos movimentos sociais de resistência aos governos militares brasileiros.

Nestas três importantes obras ambientadas no período dos governos militares desde 1964 há um assunto convergente que expomos a seguir: tanto Jacob Gorender como Daniel Aarão Reis Filho têm preocupação sobre a influência do movimento comunista internacional nas organizações de esquerda brasileiras, armadas e não armadas. É evidente que tal movimento influenciava os grupos de esquerda, portanto é necessário

Volume 21, número 2: 2016

analisar a dimensão do movimento comunista internacional nas organizações brasileiras: a análise dos autores perpassa esta questão.

Jacob Gorender, em seu capítulo intitulado *Idéias que fizeram a Cabeça da Esquerda*, aponta a influência internacional em diversos formatos, inclusive na luta armada. O ex-dirigente do PCB mostra que a revolução cubana, a revolução cultural chinesa, dentre outros exemplos de caráter vitorioso ou somente aguerrido, eram modelos muito importantes para os grupos guerrilheiros, pois os grupos buscavam legitimar o que o autor denomina como “violência incondicionada da esquerda radical” (GORENDER, 1987, p.77-78).

No capítulo seguinte, designado *Receitas para a Luta Armada*, o ex-membro do PCBR mostra as três teorias que mais exerceram influência nas organizações de esquerda armadas, as quais determinaram: *foquismo*, *maoísmo* e *revolução permanente*. Sendo assim, respectivamente, a primeira teoria (também chamada de *teoria do foco* ou *guevarismo*) é oriunda da revolução cubana e teorizada em escritos de Ernesto Guevara e Régis Debray. A segunda teoria vem da China, onde o conceito de *guerra popular prolongada*, tal qual utilizado durante a revolução chinesa de 1949, foi amplamente disseminado no seio das esquerdas armadas na década de 1960. A terceira teoria é oriunda da insurgência soviética cuja influência atingiu os pouquíssimos grupos trotskistas, a exemplo do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), que não admitiu o foquismo e o maoísmo, sequer a luta armada.

A influência do Movimento Comunista Internacional nas organizações de esquerda foi analisada por Daniel Aarão Reis Filho de maneira mais abrangente e profunda, pois o ex-militante da DI-GB se utiliza, em demasia, de documentos oriundos das organizações a fim de encontrar as respostas de suas indagações. Sendo assim, tal análise é efetuada, praticamente, em todo o capítulo três denominado *Derrotas e Desencontros – As Interpretações Correntes*. O autor observa que a maioria de pesquisadores, participantes ou não de movimentos de esquerda, pertencentes a grupos comunistas no Brasil projeta fortemente a ideia de que as organizações armadas eram apenas reflexos dos movimentos oriundos de outros países. No entanto, o historiador desconsidera esta explicação majoritária e designa outra que se caracteriza pela

Volume 21, número 2: 2016

autonomia das organizações comunistas: é o que demonstra o processo de luta política no PCB, quando se observa, que a superação do pensamento político plasmado em 1950/1954 já estava em curso antes do XX Congresso do PCUS.¹ A mesma coisa se verifica quando do surgimento da ORM-POLOP e do PC do B, em 1961 e 1962, e, de forma ainda mais clara, na teoria e ação dos Partidos Comunistas que passariam a existir depois de 1964 (REIS FILHO, 1990, p.94).

Neste sentido, o historiador argumenta que a influência do Movimento Comunista Internacional, ramificada por soviéticos, chineses e cubanos, nas organizações de esquerda no Brasil realmente ocorreu, mas de forma legitimadora e não determinante (como a maioria dos estudiosos propõem, segundo o próprio autor) pois as revoluções vitoriosas em outros países são referências ideológicas poderosas que influem no ânimo dos militantes destes partidos e organizações.

Teorias revolucionárias como foquismo e o maoísmo, que inspiraram a maioria das organizações armadas de esquerda, situaram a guerrilha urbana (muitas vezes, não é caracterizada como guerrilha) em papel secundário e com possibilidade de ser descartada, caso ocorra um possível revés frente as forças governamentais de repressão. Ernesto “Che” Guevara (1968, p.72) aponta sua predileção pelo espaço rural em detrimento da esfera cidadina:

as forças urbanas, dirigidas pelo estado-maior do exército do povo, podem efetuar ações de grande importância. A possível destruição dessas forças urbanas não fará morrer a *alma da revolução*, o seu comando, que, de sua *fortaleza rural*, continuará a catalisar o espírito revolucionário das massas e organizará outras forças revolucionárias, para outras batalhas.

A concepção teórica da guerrilha rural, seja maoísta, foquista ou uma mescla de ambas, afetou o imaginário de uma vasta gama de guerrilheiros, inclusive de ícones como Carlos Lamarca e Carlos Marighella. No entanto, o ex-militante do PCB foi possivelmente o mais preocupado com a importância da guerrilha urbana no Brasil, mesmo considerando-a uma etapa da guerrilha rural. Neste sentido, Marighella escreveu um *Mini Manual do Guerrilheiro Urbano* (1969), o qual foi mimeografado com intuito

¹ O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) tornou-se conhecido pelo famoso “relatório secreto” do então secretário-geral do Partido, Nikita Khrushchev, o qual criticava veementemente as ações adotadas pelo seu predecessor, Josef Stálin (grifo nosso).

de ser distribuído entre as associações armadas de esquerda com atuação nas cidades. Neste manual, Marighella propõe diretrizes a serem seguidas por guerrilheiros essencialmente urbanos, principalmente àquelas relacionadas à ideologia, ao modo de vida citadino, à subsistência, à preparação técnica dos membros, bem como da utilização das armas. Por meio das diversas informações contidas nesse manual é que acreditamos poder compreender a identidade própria da guerrilha em manifestações urbanas. Além disso, podemos inferir sobre a dicotomia entre o discurso teórico e a prática política da esquerda armada nacional que possuía o intuito de derrubar os militares do governo do país.

Desse modo, Carlos Marighella almejou promover uma identidade mais específica aos grupos guerrilheiros urbanos, conseqüentemente, para a guerrilha urbana de maneira geral. Isto porque Marighella, mesmo tendo o *modus operandi* castro-guevarista como inspiração teórico-ideológica, adquiriu uma compreensão mais abrangente sobre as funções táticas da guerrilha enquanto artefato citadino. Assim, caracteriza-se necessário mostrar a tentativa de Marighella teorizar o guerrilheiro tipicamente urbano, por meio de excertos oriundos de seu *Manual*:

O guerrilheiro urbano é um homem que luta contra uma ditadura militar com armas, utilizando métodos não convencionais. Um revolucionário político e um patriota ardente, ele é um lutador pela libertação de seu país, um amigo de sua gente e da liberdade. A área na qual o guerrilheiro urbano atua são as grandes cidades brasileiras. [...] Também há muitos bandidos, conhecidos como delinquentes, que atuam nas grandes cidades. Muitas vezes assaltos pelos delinquentes são interpretados como ações de guerrilheiros. O guerrilheiro urbano, no entanto, difere radicalmente dos delinquentes. [...] O guerrilheiro urbano não teme dismantelar ou destruir o presente sistema econômico, político e social brasileiro, já que sua meta é ajudar ao guerrilheiro rural e colaborar para a criação de um sistema totalmente novo e uma estrutura revolucionária social e política, com as massas armadas no poder (Documento digital. *Mini Manual do Guerrilheiro Urbano*, 1969).

A influência da teoria guerrilheira no campo é evidente no imaginário dos partícipes da esquerda armada clandestina, visto que é possível observarmos, no trecho acima, que Marighella assinala que o guerrilheiro urbano é importante para auxiliar o guerrilheiro rural a realizar a revolução no país. Ora, se em um complexo esquema de guerrilha nós temos indivíduos distintos que efetuam atividades no meio rural ou na esfera

Volume 21, número 2: 2016

urbana, isto é, podemos interpretar que o guerrilheiro da cidade não pode conceber atividades no campo, bem como o guerrilheiro rural não estaria suficientemente habilitado para exercer funções tipicamente cidadinas. Acreditamos que Carlos Marighella, ao abordar esta questão, ilustrou a imprescindibilidade de se ter uma identidade para com o meio que se pretende executar ações de guerrilha, que mesmo realizando esta leitura, talvez não tivesse consciência do fato em si, afinal, ele era um homem do seu tempo, fazendo com que não pudesse analisar a questão de outro paradigma. A fim de enfatizarmos nossa ideia, Marighella, em seu *Manual*, dentre os inúmeros assuntos, ele traz à tona a questão do *conhecimento do terreno*, ou seja, a necessidade de uma boa compreensão do espaço geográfico para a realização de tarefas guerrilheiras:

O guerrilheiro urbano familiarizado com o terreno difícil e irregular, avenidas, ruas, estradas, entradas e saídas, esquinas dos centros urbanos, suas passagens e atalhos, os lotes vazios, suas passagens subterrâneas, seus tubos e sistemas de esgoto pode cruzar com segurança pelo terreno não familiar para a polícia, onde podem ser surpreendidos em uma emboscada fatal em qualquer momento. [...] Por conhecer o terreno o guerrilheiro pode passar a pé, em bicicleta, em automóvel, 4x4, ou caminhão e nunca ser apanhado. Atuando em grupos pequenos com umas quantas pessoas, os guerrilheiros podem se reunir em uma hora em lugares determinados, prosseguindo o ataque, com novas operações de guerrilha, ou evadindo o círculo da polícia e desorientando o inimigo com sua audácia sem precedente. [...] Nossa experiência é que o guerrilheiro urbano ideal é alguém que opera em sua própria cidade e que conhece completamente a cidade e suas ruas, suas vizinhanças, seus problemas de trânsito, e outras peculiaridades. O guerrilheiro estrangeiro, que vem a cidade na qual o terreno não é familiar para ele, é um ponto fraco e se é designado para certas operações, pode colocá-la em perigo. Para evitar erros graves, é necessário que o primeiro conheça bem a localização das diferentes ruas (Documento digital. *Mini Manual do Guerrilheiro Urbano*, 1969).

Quando interpretamos que Marighella depreendeu o fato de que o guerrilheiro urbano somente poderia exercer funções no ambiente citadino (e o mesmo equivale para o guerrilheiro rural), podemos perceber que o ex-guerrilheiro foi além. Marighella mostra que não é suficiente para o guerrilheiro ser oriundo da esfera citadina e exercer atividades em cidades, mas sim, conhecer profundamente a urbe em que se planejam realizar

Volume 21, número 2: 2016

operações, isto é, uma pessoa tipicamente urbana São Paulo não logrará êxito caso necessite realizar ações guerrilheiras na cidade de Franca, por exemplo, pois não estará familiarizado com o espaço físico, especialmente no que se refere à localização. Como exemplificação, mencionamos a experiência guerrilheira (ao menos as pretensões teóricas) do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T), grupo guerrilheiro urbano que atuou contra a ditadura militar no Uruguai (1973-1985), apesar de ter iniciado suas atividades guerrilheiras no início dos anos de 1960. Segundo Saint-Pierre (1999, p.201), a guerra revolucionária na esfera cidadina buscava agregar associações de operários e de estudantes para inseri-los nas fileiras guerrilheiras, algo que os Tupamaros fizeram com relativa maestria. Em vista disso, apontamos elementos da predileção pela guerrilha urbana ao invés da guerrilha rural pelo MLN-T:

Não temos lugares inexpugnáveis no território como para instalar um foco guerrilheiro que perdure, embora tenhamos lugares de difícil acesso no campo. Em compensação temos uma grande cidade com mais de 300 km quadrados de edifícios, que permite o desenvolvimento da luta urbana. Isso quer dizer que não podemos copiar a estratégia daqueles países que por suas condições geográficas podem instalar um foco guerrilheiro nas montanhas ou selvas com possibilidade de se estabilizar [...]. Se nosso campo não pode servir para instalar um foco permanente pelo menos pode servir para manobras de dispersão das forças repressivas (NUÑEZ, 1969, p.51-2 apud SAINT-PIERRE, 1999, p.201).

Como é possível notar, a dinâmica estratégica de guerrilha dos Tupamaros foi a que mais se preocupou em definir qual era o papel e como seriam efetuadas as ações guerrilheiras nas cidades. Ressaltamos, ainda, que na concepção dos guerrilheiros uruguaios, a luta armada no âmbito rural, caso ocorresse, estava subordinada a guerrilha urbana e tinha o intuito de dificultar as ofensivas militares do governo. A flexibilidade teórico-estratégica, em relação à influência de teorias revolucionárias estrangeiras do MLN-T permitiu que eles pudessem absorver as características que admitiam ser úteis para o processo de luta armada e eliminar ou deixar em segundo plano, outros elementos que julgassem infrutuosos sem se preocuparem com o *status* de seguir/aplicar essa ou aquela teoria revolucionária. Embora já tenhamos mencionado, enfatizamos que Carlos

Marighella foi o guerrilheiro que mais se aproximou da guerrilha urbana, porém sempre a concebendo como parte integrante de um suposto complexo guerrilheiro de cunho rural.

A Guerrilha Urbana e suas funcionalidades: o caso do Movimento Comunista Revolucionário (MCR)

A concepção da guerrilha urbana exige que determinados aspectos sejam analisados por meio da análise do processo criminal do grupo guerrilheiro Movimento Comunista Revolucionário (MCR). Neste sentido, as funções da guerrilha urbana, além do já mencionado aspecto de “financiar a guerrilha rural”, se caracterizam pelo autossustento das atividades que serão planejadas e executadas. Isto se torna perceptível no suposto depoimento do líder do MCR Antônio Pinheiro Sales, o “Ferreira”: “[...] é necessário que se crie uma infraestrutura material que assegure as atividades políticas. Essa infraestrutura material só pode ser criada quase que exclusivamente com assaltos a mão armada” (Arquivo Público do Supremo Tribunal Militar (APSTM). Processo 39.769 – 1º vol. p.176). Utilizamos o termo *suposto* por entendermos que os depoimentos dos guerrilheiros eram confeccionados pelos próprios órgãos de repressão por meio de informações obtidas anteriormente em investigações, bem como a aquisição de outras informações sob tortura dos depoentes.

A partir disto, assinalamos que, após a adesão de pessoas em grupos guerrilheiros, fica evidente a necessidade em angariar dinheiro para garantir o mínimo de sobrevivência da organização. A aquisição de armas, munições e veículos automotivos eram fundamentais para a realização de assaltos a mão armada, bem como a constituição de uma localidade (o aparelho, sendo que poderia haver mais de um, a depender da estrutura de cada organização) que permitia aos guerrilheiros a possibilidade de se esconderem e igualmente ter a possibilidade de armazenar o que era obtido nas expropriações.

A manutenção do grupo armado requer uma constante atenção acerca da infraestrutura, bem como, a aquisição de novos quadros de militantes. Convém salientarmos que o dinheiro levantado nas ações tinha que manter o grupo, no que toca ao pagamento do aluguel dos aparelhos, a alimentação dos militantes, combustível dos veículos usados nas operações, mesmo quando o carro era roubado já “com o tanque

Volume 21, número 2: 2016

cheio”, além de outros custos. O “cancheiro”, por exemplo, por ser propriedade desta última, exigia manutenção que iria além do combustível. Registram-se, ainda, vários outros custos, como o envio de uma certa quantia para algum militante que necessitasse do dinheiro com urgência. Assim, a organização que tivesse mais membros na clandestinidade, mais custos tinha com a sobrevivência de seus integrantes. Antes da clandestinidade, os militantes, em geral, viviam com a família, fato que significa moradia, comida e estudos. Quando reconhecidos pela repressão abandonam a antiga vida e passam a sobreviver à custa da organização. Desde então, questões como moradia, comida, roupas e demais necessidades pessoais passam a ser financiadas diretamente pelo dinheiro que a organização conseguia levantar em suas expropriações. Os custos da manutenção dos membros somados aos valores exigidos para a aquisição dos aparatos utilizados nas próprias operações consumiam a maioria dos lucros, ou seja, bem pouco ou nada sobrava para a guerrilha rural.

Percorrendo, por ora, a questão da manutenção, consideramos que era imperativo a adesão de novos quadros para a organização. Explica-se: uma vez na clandestinidade, a expectativa de vida útil geral do militante dificilmente chegaria a doze meses, o que, portanto, novos membros significavam mais gastos com documentos, treinamentos, armas, munições etc. Quisessem os militantes da esquerda nacional ou não, o fato é que o maior movimento contra os governos militares brasileiros do período em questão foi o registrado nos centros urbanos. Entretanto, não pretendemos com isso, negar algumas iniciativas no meio rural, como por exemplo a Guerrilha do Araguaia. A famosa Guerrilha do Araguaia ocorreu entre 1967 a 1974 (o Exército só iniciou o combate em 1972; os outros anos se deram pela preparação da guerrilha), na região do rio Araguaia, próximos às cidades de São Geraldo e Marabá, no Pará e de Xambioá, na época, estado de Goiás, sendo atualmente estado de Tocantins. Contra ela, o Exército brasileiro investiu em três campanhas. Em janeiro de 1975, as operações militares foram consideradas oficialmente encerradas, com a morte ou detenção dos guerrilheiros.

A despeito de algumas experiências de guerrilha rural, como a Guerrilha do Araguaia mencionada acima, sabemos que ações armadas em âmbito campesino sempre representou o ideal de *vir a ser* e que jamais foi concretizado de fato e, por isso, a guerrilha

Volume 21, número 2: 2016

urbana nunca exerceu a função de financiadora de possíveis atividades guerrilheiras na esfera rural. Apesar disto, no início da década de 1970, a concepção de guerrilha rural povoava o imaginário dos guerrilheiros urbanos, como podemos notar em um trecho de uma carta que foi dirigida aos funcionários da Companhia de Fumos Santa Cruz em que o MCR e a VPR se desculpavam por terem levado dinheiro dos operários, pois não conseguiram expropriar o dinheiro “patronal”:

Pretendemos nas cidades formar as milícias populares para combater a polícia e o exército, e, no campo propomos a guerrilha como forma de luta. *E a possibilidade de vitória no campo, já ficou categoricamente demonstrada, quando o líder revolucionário capitão Carlos Lamarca com mais vinte guerrilheiros de um “banho” nas forças da repressão que tinham no local uns 20 mil homens, conseguindo saírem todos com vida.* Enquanto o exército e polícia tiveram 8 mortos e 16 prisioneiros, feitos por nós (APSTM. Processo 39.769 – 1º vol. p. 313).

O texto fala da guerrilha rural, no entanto, as organizações armadas não tinham infraestrutura para iniciar uma guerrilha no campo. O grupo de Lamarca pode ter vencido uma batalha, mas não a guerra, sendo que o próprio capitão foi morto no sertão da Bahia, debaixo de uma árvore descansando, uma vez que passou um longo período fugindo dos agentes da repressão e, desta forma, encontrava-se debilitado fisicamente, sendo assassinado, juntamente com seu parceiro de fuga José Campos Barreto, codinome “Zequinha”. Além de fazer menção à guerrilha rural, o fragmento da carta ilustra uma das funções dos assaltos e expropriações: a propaganda de esquerda revolucionária. Independente do exagero dos números e da não comprovação do evento mencionado, o fato é que a carta divulga a existência do Lamarca, da repressão e da resistência política e sabemos que, no início, os governos militares tentaram esconder as organizações de esquerda, guerrilheiras ou não, por meio da censura.

Deste modo, o governo militar argumentava que era mais seguro que a população em geral não soubesse de opositores organizados contra o modelo de Estado imposto em 1964, sob o risco de que novos brasileiros aderissem ao movimento oposicionista. Com o tempo e diante da impossibilidade de ocultar o movimento da esquerda nacional, o governo instituído em 1964 adotou outra estratégia: a de apresentar os militantes como criminosos perigosos e nocivos à sobrevivência da sociedade em geral.

Volume 21, número 2: 2016

A propaganda revolucionária foi extremamente importante para a propagação político-ideológica dos anseios da esquerda. A divulgação para a sociedade da existência de uma suposta vitória de um grupo guerrilheiro sobre o exército e a polícia política, sendo que tal grupo buscava uma determinada libertação dos trabalhadores perante a opressão do modo de produção capitalista, do qual o regime militar representava e sustentava, foi uma forma de apresentar aos operários que o grupo que assaltou a fábrica não tinha intenção de usufruto pessoal da quantia levada, mas sim, o financiamento para alcançar a imprescindível revolução socialista.

Apontamos, afim de corroborar nossa interpretação, em uma das tentativas de expropriação do MCR e da VPR, neste caso uma outra empresa produtora de cigarros (Companhia Flórida S/A), o depoimento de um dos funcionários, Dinarte Bettio, a seguinte afirmação: “Que, o declarante chegou a ouvir o elemento que estava com óculos e não tinha lenço sobre o rosto dizer: `Ninguém tente nada que ninguém se machuca, esse dinheiro é para comprar armas para a revolução” (APSTM. Processo 39.769 – 1º vol. p.3). Esta era a postura típica de um guerrilheiro urbano, sem a pretensão de se esconder, afinal não era um delinquente qualquer, pois não tinha o intuito de fazer uso pessoal do dinheiro conquistado.

Em relação ao reconhecimento dos militantes, cabe ressaltar que os militantes não se preocupavam em serem reconhecidos. Aliás, pelo contrário, a ideia “mostrar o rosto”, demonstrava que os ditos “delinquentes” não estavam praticando um crime comum, mas sim um “crime necessário” a fim de atingir os objetivos postos. Todavia, não havia regra. Em algumas ações, por exemplo, membros do MCR e da VPR usaram lenços ou meias de mulher para taparem seus rostos, entretanto, esta preocupação não foi verificada na grande maioria das operações.

Dentre as sete ações que o MCR participou, em apenas três foram usados objetos para esconder a face dos guerrilheiros: na tentativa de assalto ao Banco do Brasil, na cidade de Gramado, a minoria dos militantes tentou dificultar o reconhecimento; no Posto de Estacionamento alguns usaram meias de mulher; e na empresa de bombons Lacta, em que todos usaram lenços tapando o nariz e a boca. Igualmente, os membros das organizações em questão também não negavam os assaltos que tinham cometido, ao

Volume 21, número 2: 2016

contrário, divulgavam as ações que obtiveram algum sucesso, como podemos notar no excerto do depoimento de um funcionário da empresa produtora de alimentos SAMRIG, Luiz Carlos da Rocha: “[...] é que nós agimos com mais intensidade e as armas usadas neste assalto foram roubadas em uma casa de armas na Rua Benjamin Constant [...]” (APSTM. Processo 39.769 – 1º vol. p.9).

A propaganda da guerrilha urbana foi extremamente importante para a manutenção das organizações armadas de esquerda cidadinas, pois promovia de maneira clandestina a divulgação das ações guerrilheiras, as quais eram barradas e proibidas pela censura exercida pelos órgãos de repressão e informação. Consideramos que as “notícias” divulgadas pelos grupos guerrilheiros, por meio da panfletagem, por exemplo, apresentavam a temática da tortura que estava sendo aplicada em presos políticos por representantes do governo, pois, já no início da década de 1970, grande parte da sociedade brasileira sequer poderia imaginar que o governo pudesse torturar algum indivíduo.

Antônio Pinheiro Sales, em sua declaração, mostra a importância da divulgação da guerrilha urbana como resistência ao regime militar: “[...] a finalidade da panfletagem, concretamente se resumia em denúncias e propaganda das posições que defendiam. Ganhar a classe operária para se conscientizar e se organizar contra a ordem vigente, isto é, contra o capitalismo.” (APSTM. Processo 39.769 – 1º vol. p.185). Neste sentido, Marighella, em seu *Manual*, fomentou a importância da propaganda guerrilheira, como podemos perceber nos excertos abaixo:

A guerrilha urbana comprometida com a imprensa clandestina facilita enormemente a incorporação de um grande número de gente na batalha revolucionária, abrindo um trabalho permanente para aqueles que desejam trabalhar com a propaganda revolucionária, mesmo que quando fazê-lo signifique trabalhar sozinho e arriscar sua vida como revolucionário. [...] Com a existência de propaganda clandestina e material agitador, o espírito inventor da guerrilha urbana expande e cria catapultas, artefatos, morteiros e outros instrumentos com os quais distribuir os panfletos anti-governo a distância [...]. Uma propaganda consistente de cartas enviadas a endereços específicos, explicando o significado das ações armadas da guerrilha urbana, isto produz consideráveis resultados e é um método de influenciar certos segmentos da população (Documento digital. *Mini Manual do Guerrilheiro Urbano*, 1969).

Volume 21, número 2: 2016

A propaganda guerrilheira demonstrou seu ápice poder de força na decorrência do sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, em 1969, no Rio de Janeiro. Esta ação foi realizada por membros da Ação Libertadora Nacional – ALN e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8, tendo êxito, pois o objetivo foi alcançado, o qual se caracterizava pela soltura de um determinado grupo de presos políticos em troca da vida do embaixador. Os revolucionários fizeram com que fosse publicado e lido na íntegra, nos principais veículos de comunicação do país, um manifesto que divulgava a situação do embaixador, as exigências sobre a soltura dos presos políticos e, principalmente, denúncias das torturas e assassinatos que o regime cometia.

Em síntese, enquanto os militares tentavam esconder ações da esquerda que obtiveram algum sucesso, os militantes se esforçavam para divulgá-las. Quando a repressão atingiu a maioria dos grupos, e a polícia política mandou divulgar assaltos e demais operações, enquanto fruto de criminalidade latente e comum, os militantes se esconderam. Afinal, com o acirramento da repressão e o desmantelamento da guerrilha, os que restaram passaram a lutar somente pela própria sobrevivência.

A propaganda política não era exclusiva dos militantes da esquerda, muito pelo contrário, o governo, amparado pela legalidade que foi construída a partir do golpe em 1964, tentava angariar a legitimidade da população apostando em um discurso democrático e, simultaneamente, empreendia a censura e a tortura como formas de impedir que a sociedade pudesse ter contato com informações oriundas dos ditos “porões da ditadura.

A Guerrilha Urbana por “si mesma”

Consideramos que as aspirações guerrilheiras no Brasil pós-64, independente das teorias e concepções que as fundamentavam, almejavam destituir os governos militares instaurados em 1964, promovendo a modificação do Estado brasileiro em caráter socialista que pretendia realizar transformações profundas na sociedade por meio de políticas públicas análogas em países como Cuba e China após suas respectivas revoluções socialistas.

Volume 21, número 2: 2016

Sendo assim, neste contexto, as propostas de guerrilha estavam inseridas na *guerra revolucionária*, pois “sabe-se que a palavra [revolução] se aplica para designar mudanças drásticas e violentas na estrutura da sociedade” (FERNANDES, 1981, p.7-8), ideias estas intentadas pelas organizações armadas clandestinas de esquerda. A partir disto, acreditamos que a *tática de guerrilha* se caracteriza por embates contra um exército regular (geralmente de um país, pois na maioria das vezes atividades guerrilheiras promovem uma guerra civil, isto não quer dizer que não poderia haver auxílio externo de outro(s) Estado(s) nacional(is)) exercida por um ou mais grupos político-militares irregulares de combate. Logo, os três principais pilares acerca do combate guerrilheiro estão atrelados a relação dos partícipes com a população, os elementos estratégicos (político e militar) de luta e o espaço físico, que podem ou não, no decorrer do conflito, contribuir para o êxito do movimento armado (ÀTTINA, 1998, p.577-8).

Baseado em diversas histórias de organizações armadas de esquerda durante a ditadura militar, sobretudo o Movimento Comunista Revolucionário, é possível afirmarmos que estas associações clandestinas praticaram diversas atividades de caráter guerrilheiro em ambientes citadinos, pois, além do intuito em derrubar o governo, a constituição humana dos grupos guerrilheiros era totalmente irregular, bem como seu poderio militar reduzido, o que não permitia (seria um suicídio coletivo) um confronto direto com as Forças Armadas.

Sendo assim, o ofício guerrilheiro procurava enfraquecer o dito inimigo de maneira indireta, mas que pudesse causar o maior impacto possível, como por exemplo a libertação de prisioneiros políticos motivada por meio de sequestros de pessoas ditas importantes, tal como embaixadores de outros países, bem como assaltos à bancos que poderiam atingir, segundo as concepções guerrilheiras, um dos grandes aliados dos governos militares: o capital estrangeiro representado por grandes empresas transnacionais.

De qualquer forma, a guerrilha urbana (e muito menos a guerrilha rural), no Brasil pós-64, nunca atingiu de maneira contundente os governos militares, apesar de ter realizado operações surpreendentes e que de alguma maneira gerou uma determinada

rentabilidade, seja no campo material ou humano, como foi o sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick, efetuado pela ALN e pelo MR-8 em setembro de 1969.

A guerrilha urbana brasileira teve como principal funcionalidade a autossustentação devido às altas despesas que a manutenção das organizações demandavam, aspecto este que impedia um maior desenvolvimento dos grupos e que, no decorrer dos anos, os quadros guerrilheiros foram sendo aniquilados pela repressão, principalmente após as mortes de Carlos Marighella, em 1969, e de Carlos Lamarca, em 1971, sendo estes, fatores não somente simbólicos que sepultaram quaisquer anseios de êxito da guerrilha como transformadora social.

Igualmente, a aproximação dos grupos guerrilheiros com setores da sociedade se caracterizou de maneira não satisfatória, devido a fatores como a intensa militarização das organizações armadas de esquerda, bem como a competência da repressão em desbaratar e eliminar a oposição clandestina. O próprio Carlos Marighella, por exemplo, inspirado em “Che” Guevara, imortalizou a máxima “*o dever de todo revolucionário é fazer a revolução*”.

Segundo Marcelo Ridenti (1993, p.57), havia dois grandes grupos, denominados de *militaristas* (ALN, VPR, MCR, MOLIPO, COLINA, etc) e de *massistas* (MR-8, PCBR, ALA Vermelha, VAR-Palmares, etc). O primeiro, ao menos em tese, estava preocupado sobretudo pelas ações armadas; já o segundo, procurava mesclar o projeto revolucionário com um trabalho juntos às massas (daí vem a denominação massista).

No entanto, o autor ressalta que a distinção destes grupos devem ser consideradas de maneira flexível, pois, em muitos casos, os *militaristas* tinham mais facilidade em penetrar nas massas do que os próprios *massistas*, a exemplo da VPR no movimento operário de Osasco e a ALN no movimento estudantil paulista. Convém apresentar que o MCR, apontado como militarista, tinha preocupação em realizar um trabalho com as bases trabalhadoras, como podemos perceber na declaração oficial de Antônio Pinheiro Sales, líder do MCR, sobre uma atividade guerrilheira realizada em um clube militar:

[...] acerca do pichamento da sede náutica do Círculo Militar e princípio de incêndio, o declarante afirma que isso não chegou ao seu conhecimento com antecedência, pois *os elementos da VPR nunca concordaram com nenhuma ação de cunho terrorista que seja isolada de trabalho da classe operária* [...]. Na primeira oportunidade

Volume 21, número 2: 2016

perguntando ao Braga [companheiro de MCR] acerca dessa ação, foi informado com as seguintes palavras: “foram uns proletas da gente que fizeram” e, nessa oportunidade, mais uma vez, *o declarante criticou esse tipo de ação pois não a julga correta dentro de uma perspectiva realmente revolucionária. Dentro da posição do MCR, [segundo “Ferreira”], as tarefas das vanguardas leninistas são as de ganhar a classe operária para a revolução socialista. Cabe a ela, a classe operária, lutar pela transformação da sociedade capitalista que se sustenta com a mais valia que é produzida pelos seus braços. Cabe portanto a ela, quando estiver conscientizada e organizada, escolher os meios de tomar o poder das mãos de seus patrões [...]* (APSTM. Processo 39.769 – 1º vol. p.185).

Neste excerto, podemos notar que o MCR tinha preocupações com o antigo trabalho partidário em relação a gama operária de maneira geral, o que julgava ser essencial para a condução da luta armada revolucionária, na verdade, seria um complemento importantíssimo a participação dos operários no decorrer do processo guerrilheiro. Ainda, percebemos no mesmo trecho acima que “Ferreira” não compactuava com atividades tidas como “terroristas”, pois não faziam parte da “perspectiva realmente revolucionária”. Por outro lado, Carlos Marighella destaca a importância deste tipo de ação para o funcionamento da guerrilha, pois poderia possibilitar a destruição de elementos humanos e materiais do governo rapidamente.

O ato do terrorismo, fora a facilidade aparente na qual se pode realizar, não é diferente dos outros atos da guerrilha urbana e ações na qual o triunfo depende do plano e da determinação da organização revolucionária. É uma ação que a guerrilha urbana deve executar com muita calma, decisão e sangue frio [...]. O terrorismo é uma arma que o revolucionário não pode abandonar (Documento digital. *Mini Manual do Guerrilheiro Urbano*, 1969).

A discussão acerca da equiparação de guerrilha com terrorismo é extremamente complexa, e requer um estudo abrangente e profundo sobre a questão, entretanto, julgamos pertinente aponta-la para mostrar que os guerrilheiros urbanos estavam distantes de uma coesão teórica, muito aquém de definir preceitos fundamentais nas formulações da luta armada nas cidades. Longe de estabelecer uma comparação entre Antônio Pinheiro Sales e Carlos Marighella e, por mais que houvesse conflitos teóricos entre as organizações e seus respectivos membros, a guerrilha urbana padecia pela ausência de

diretrizes básicas de funcionamento devido à necessidade de executar as ações atribuídas pelos grupos armados urbanos, pois a vida cotidiana da clandestinidade não permitia qualquer ociosidade temporal.

A problemática do espaço físico de atuação da guerrilha urbana também deve ser apontada. Neste caso, o conhecimento do terreno era fundamental para a preparação, implantação e desenvolvimento da guerrilha, apesar do imaginário coletivo das organizações voltado a execução da guerrilha em âmbito rural. Ainda que os partícipes fossem tipicamente citadinos e, muitos deles atuaram em suas próprias cidades de origem, ou seja, além da identidade longevamente construída com o espaço urbano, havia uma determinada intimidade entre o guerrilheiro e sua “terra natal”, a qual poderia contribuir (e contribuiu!) com as necessidades e obstáculos que a guerrilha urbana pudesse sofrer, mas que não foi o suficiente para as organizações armadas de esquerda galgarem um patamar superior de infraestrutura.

Considerações finais

A guerrilha urbana atuante contra os governos militares no Brasil pós-64, pode ser definida como uma estratégia político-ideológica-militar com o objetivo de destituir a ascensão das Forças Armadas nacionais sobre o Estado brasileiro, pois não mais se considerava a possibilidade de chegar ao poder por meio de eleições para implantar um regime político de caráter socialista.

A guerrilha cidadina foi formada com o surgimento de diversos grupos independentes (dissidências e cisões em grandes grupos políticos de esquerda na época como o PCB) e constituída por indivíduos que acreditavam em uma ideologia caracterizada pelo marxismo-leninismo somado as influências fortíssimas oriundas da Revolução Cubana (foquismo) e Revolução Chinesa (maoísmo). Sob o mesmo prisma, as organizações armadas, em sua composição, tinham membros tipicamente urbanos, isto é, os militantes gozavam de suas identidades inerentes ao ambiente das urbes, especialmente os estudantes universitários, pois eram aqueles em maioria.

Os grupos guerrilheiros, bem como seus integrantes, exerceram atividades guerrilheiras no âmbito das cidades nos anos de 1966 a 1972, especialmente e com maior

Volume 21, número 2: 2016

intensidade e volume, entre 1968 e 1970. As ações armadas praticadas pelos guerrilheiros urbanos tinham como principal função realizar expropriações de “recursos do governo e daqueles que pertencem aos grandes capitalistas [...] e com pequenas expropriações usadas para o mantimento do guerrilheiro urbano individual e grandes expropriações para o sustento da mesma revolução” (Documento digital. *Mini Manual do Guerrilheiro Urbano*, 1969). Afora as expropriações (assaltos à banco, empresas públicas ou privadas, estabelecimentos comerciais etc), a guerrilha urbana promovia terrorismo material e psicológico, juntamente com execuções de companheiros tidos como traidores e os considerados inimigos (justiçamento), bem como sequestros.

Por outro lado, não obstante a prática armada nas cidades, a tradição da concepção guerrilheira rural estava enraizada no imaginário dos guerrilheiros urbanos, ocasionando um conflito identitário pessoal-individual, o que acarretava uma ilusão futura do processo revolucionário no campo e, conseqüentemente, um desalento e frustração pelo *vir a ser* da luta armada no meio rural permanecer sempre como anseio jamais contemplado. Logo, acreditamos que a ambição pela implantação da guerrilha no campo desarticulou e desvirtuou o objetivo principal da luta armada que se pautava em derrubar as Forças Armadas do Estado brasileiro, pois proporcionou uma concepção de cunho temporário em relação às atividades guerrilheiras nas urbes, como se tais atividades não acumulassem preponderância satisfatória no processo revolucionário.

Assim, sustentamos que a guerrilha urbana foi fomentada por militantes de esquerda que não encontraram mais opções pacífico-institucionais para combater e resistir a ditadura militar, a não ser que lançassem mão da luta armada. Neste sentido, optaram por enaltecer o ideário de guerrilha rural em detrimento das ações armadas nas cidades, as quais consideraram somente transitórias, pois elas iriam financiar a tão almejada guerrilha no campo. Convém salientar que estes anseios de caráter rural nunca se concretizaram, tornando a guerrilha urbana como principal movimento armado de resistência. Porém, os guerrilheiros citadinos talvez jamais compreenderam a real importância das práticas armadas nas cidades para o processo revolucionário socialista.

A guerrilha urbana, em meados de 1970, já se encontrava praticamente encurralada e era uma questão de tempo para que fosse aniquilada com prisões e mortes

de seus partícipes. Apesar do fim melancólico, podemos afirmar que a guerrilha urbana fomentou a possibilidade de compreendermos o cotidiano intenso, explosivo e caótico dos que se aventuraram na luta armada de caráter citadino.

Fonte

Processo-crime que envolveu o Movimento Comunista Revolucionário (MCR) de Porto Alegre, Rio Grande do Sul – 06 volumes – sob a guarda do Arquivo Público do Supremo Tribunal Militar (APSTM) (Brasília/DF).

Referências bibliográficas

- ÀTTINA, Fúlvio. Guerrilha. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1998.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *O que é Revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.
- GUEVARA, Ernesto. *Textos*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- MARIGHELLA, Carlos. *Manual do Guerrilheiro Urbano*. São Paulo, 1969 (Documento digital). Disponível em: <<<http://marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/index.htm>>>. Último acesso em 13/03/2016.
- REIS FILHO, Daniel Aarão, SÁ, Jair Ferreira. *Imagens da revolução*: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- _____. *A revolução faltou ao encontro*: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.
- ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil*: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luís. *A Política Armada*. Fundamentos da Guerra Revolucionária. São Paulo: EDUNESP, 2000.